

DEFENSORIA PARTICIPA DE DEBATE SOBRE VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

Na última quinta-feira (27), a Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo participou da 1ª edição do Fórum de Debates sobre o Enfrentamento da Violência Política de Gênero no Estado, que foi realizado no plenário do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES).

O encontro marcou a primeira ação após a assinatura do protocolo de intenções para a promoção de igualdade de gênero e combate à violência política contra mulheres, o fórum foi organizado pela Escola Judiciária Eleitoral do TRE-ES.

Também participaram do evento, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, Ordem dos Advogados do Brasil, Comissão Permanente de Direitos Humanos da UFES, Governo do Estado, entre outros.

CONTEÚDO

Notícias da DPES - 1

Jurisprudência do STF-2

Jurisprudência STJ-5

Jurisprudência do TJES-7

Legislação-9

Atualidades Jurídicas-11



Jurisprudência STF

EMENTA: SUSPENSÃO DE TUTELA PROVISÓRIA. LIMINAR DEFERIDA. CONVERSÃO DO REFERENDO EM JULGAMENTO FINAL. CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE ANALISTA JUDICIÁRIO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS. DECISÃO QUE ORDENA A NOMEAÇÃO IMEDIATA DE CANDIDATA APROVADA FORA DAS VAGAS PREVISTAS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE SITUAÇÃO DE PRETERIÇÃO ARBITRÁRIA E IMOTIVADA. RISCO DE GRAVE LESÃO À ORDEM PÚBLICA. COMPROMETIMENTO DO PLANO DE INTERNALIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL E DO ACESSO DOS NECESSITADOS AO ATENDIMENTO JURÍDICO GRATUITO. Clique aqui e confira.

EMENTA: HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL. CRIME DE FURTO QUALIFICADO. SENTENÇA PROLATADA ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI 13.964/2019. APLICAÇÃO DO ART. 28-A DO CPP. NORMA DE CONTEÚDO MISTO. RETROATIVIDADE DA LEI PENAL MAIS BENÉFICA. ART. 5º, XL, CF. ORDEM CONCEDIDA. CLIQUE AQUI E CONFIRA.

Jurisprudência STF

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NÃO REALIZADA. NULIDADE: INEXISTÊNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. ROUBO. REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA. FUNDAMENTAÇÃO VÁLIDA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RECONHECIMENTO PESSOAL. QUESTÃO NÃO APRECIADA PELAS INSTÂNCIAS ANTECEDENTES. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. [Clique aqui e confira.](#)

Jurisprudência STF

Ementa: RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. TEMA 477. CONSTITUCIONAL E PENAL. LEI DE EXECUÇÃO PENAL (LEI N° 7.210/84). ARTIGO 127. ALTERAÇÃO PROMOVIDA PELA LEI N° 12.433/11. PERDA DE DIAS REMIDOS. LIMITAÇÃO DE 1/3. DISCUSSÃO QUANTO À NECESSIDADE DE REVISÃO OU CANCELAMENTO DA SÚMULA VINCULANTE N° 9. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTIGOS 5°, XLVI, E 93, IX, DA CF/88. NÃO OCORRÊNCIA. PERSPECTIVA INTERINSTITUCIONAL NA ANÁLISE DAS ATRIBUIÇÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DE EDIÇÃO DE SÚMULAS VINCULANTES E DO CONGRESSO NACIONAL DE EDIÇÃO DE ATOS NORMATIVOS QUE POSSAM, EVENTUALMENTE, CONTRAPOR AO QUE ANTERIORMENTE AFIRMADO EM ENUNCIADO DE SÚMULA VINCULANTE. PLURALISMO DOS INTÉRPRETES DA LEI FUNDAMENTAL. AUSÊNCIA DE SUPREMACIA JUDICIAL. TEORIA DOS DIÁLOGOS CONSTITUCIONAIS. POSTURA DEFERENTE, EM REGRA, DO JUDICIÁRIO EM FACE DA PROMULGAÇÃO DE LEI SUPERVENIENTE DE CONTEÚDO DIVERGENTE. CASO CONCRETO. REAFIRMAÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE DA PERDA DOS DIAS REMIDOS DECORRENTE DA PRÁTICA DE FALTA GRAVE. REVISÃO OU CANCELAMENTO DA SÚMULA VINCULANTE N° 9. VIA ADEQUADA. LEI N° 11.417/06, ART. 5°. PROPOSTAS DE SÚMULA VINCULANTES N°S 60 E 64. RECURSO EXTRAORDINÁRIO DESPROVIDO, COM FIXAÇÃO DE TESE.

[Clique aqui e confira](#)

Jurisprudência STJ

EMENTA: AGRADO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 4º, 7º E 22, TODOS DA LEI N. 11.340/2006. TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, DIANTE DA NÃO PROPOSITURA DA AÇÃO PENAL E EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE DO AGENTE, HOUE POR NÃO CONCEDER MEDIDAS PROTETIVAS. NECESSIDADE DE OITIVA DA VÍTIMA ACERCA DA PRESERVAÇÃO DA SITUAÇÃO FÁTICA DE PERIGO QUE POSSA JUSTIFICAR A PERMANÊNCIA DAS CAUTELARES. VALORAÇÃO DO DIREITO À SEGURANÇA E PROTEÇÃO DA VÍTIMA QUE SE IMPÕE.

[Clique aqui e confira](#)

EMENTA: PENAL. AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. NÃO CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE ATO DE EXECUÇÃO. MERA SOLICITAÇÃO. ATIPICIDADE DA CONDUCTA. AGRADO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

[Clique aqui e confira](#)

Jurisprudência STJ

EMENTA: AGRADO INTERNO. AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ATRASO DE OBRAS. PROBLEMAS E PENDÊNCIAS NA ENTREGA DO IMÓVEL. IMPOSSIBILIDADE DE HABITAÇÃO DE FORMA IMEDIATA. PRECEDENTES DO STJ. EXCEÇÃO REFERIDA. MAIS QUE MERO DISSABOR. DEVIDA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REVISÃO DO MONTANTE. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. AGRADO INTERNO NÃO PROVIDO.

[Clique aqui e confira](#)

EMENTA:AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA EM IMÓVEL RESIDENCIAL. BEM DE FAMÍLIA. IMPENHORABILIDADE. AQUISIÇÃO DO IMÓVEL POSTERIORMENTE À DÍVIDA. EXCEÇÃO DO ART. 4º DA LEI 8.009/90 NÃO CONFIGURADA. PRECEDENTES DO STJ. AGRADO INTERNO DESPROVIDO.

[Clique aqui e confira](#)

Jurisprudência do TJES

EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. INVERSÃO DO ÔNUS PROBANDI. OPE LEGIS. EXEGESE DO ART. 14, §3º, DO CDC. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. EXTRAVIO DE BAGAGEM E OVERBOOKING. DANOS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

[Clique aqui e confira](#)

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO QUALIFICADO. REPOUSO NOTURNO. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. PALAVRA DA VÍTIMA CORROBORADA POR DEMAIS ELEMENTOS DE PROVA. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. CONSUMAÇÃO DO FURTO COM A INVERSÃO DA POSSE. PRECEDENTES DO STJ. DOSIMETRIA. IMPOSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA DA CAUSA DE AUMENTO DE PENA DO § 1º DO ART. 155 DO CP AO FURTO QUALIFICADO. ENTENDIMENTO FIRMADO PELO STJ EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO. REDIMENSIONAMENTO DA PENA. NECESSIDADE DE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS PELO EXERCÍCIO DA ADVOCACIA DATIVA DE OFÍCIO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

[Clique aqui e confira](#)

Jurisprudência do TJES

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL CURATELA. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL. DISPENSA. CURATELADO NÃO POSSUI BENS E AUFERE UM SALÁRIO MÍNIMO DECORRENTE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. [Clique aqui e confira](#)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO COMINATÓRIA DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. CONDOMÍNIO VOLUNTÁRIO. DISCORDÂNCIA ACERCA DA DESTINAÇÃO PRETENDIDA POR CONDÔMINO. CABIMENTO DE AÇÃO PRÓPRIA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. [Clique aqui e confira](#)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. CULPA EXCLUSIVA DO PREPOSTO DA CONCESSIONÁRIA. SINAL ABERTO PARA O VEÍCULO. INEXISTÊNCIA DE SINAL DE PEDESTRES. DEVER DE CAUTELA DO VEÍCULO. PREFERÊNCIA DO PEDESTRE QUE JÁ HAVIA INICIADO A TRAVESSIA, NA FAIXA DE PEDESTRES. AMPUTAÇÃO DE MEMBRO INFERIOR ESQUERDO. NECESSIDADE DE PRÓTESE NOVA. EXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. AUSÊNCIA DE PENSIONAMENTO VITALÍCIO. CONDENAÇÃO DA SEGURADORA NOS EXATOS LIMITES DA APÓLICE. VALOR A SER APURADO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE RESISTÊNCIA DA SEGURADORA EM RELAÇÃO À DENUNCIÇÃO DA LIDE. INCABÍVEL FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM FAVOR DA PARTE DENUNCIANTE. [Clique aqui e confira](#)

INOVAÇÕES LEGISLATIVAS

- **Lei nº 14.553, de 20.4.2023**

Altera os arts. 39 e 49 da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), para determinar procedimentos e critérios de coleta de informações relativas à distribuição dos segmentos étnicos e raciais no mercado de trabalho. **[Clique aqui e confira](#)**

- **Lei nº 14.562, de 26.4.2023**

Altera o art. 311 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar a conduta de quem adultera sinal identificador de veículo não categorizado como automotor. **[Clique aqui e confira](#)**

- **Decreto nº 11.502, de 25.4.2023**

Institui Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de buscar alternativas para a titulação territorial das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Alcântara. **[Clique aqui e confira.](#)**

ATUALIDADES JURÍDICAS

- **Decisão judicial não pode mudar contagem de prazo para revelia, afirma TJSP [Clique aqui e confira](#)**
- **Audiência de custódia temporária não anula novo procedimento após preventiva. [Clique aqui e confira](#)**
- **Segundo STJ, Mera desconfiança da polícia não justifica invasão de domicílio. [Clique aqui e confira](#)**
- **Desde que seja observada a dignidade humana, é possível penhorar salário. [Clique aqui e confira](#)**
- **STJ fecha as portas para uso de distinção em caso de estupro de vulnerável. [Clique aqui e confira](#)**